

A ERA DA INDETERMINAÇÃO

Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek (Orgs.)

São Paulo: Boitempo, 2007, Coleção Estado de Sítio

VANDA APARECIDA SILVA

A obra é fruto do projeto temático da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), denominado Cidadania e Democracia: o Pensamento nas Rupturas Políticas, com duração entre 2001 e 2005. Organizada por Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek, está dividida em quatro partes, com diferentes temas sob a responsabilidade dos autores. No conjunto são dez capítulos que analisam o Brasil, no despontar deste início do século XXI, em diferentes esferas da conformação social e política. De início a pergunta sugerida pela dinâmica narrativa dos autores é: O que está por vir, está em formação ou perdeu-se na confusão dos sentidos? Na busca por respostas, como nas palavras de Cibele Rizek e Maria Célia Paoli, na Apresentação, “passaram também pela procura e pela atenção às ações de resistência, protesto e crítica que

surgiram intermitentemente pela sociedade [...]” (RIZEK e PAOLI, 2007, p. 10).

Francisco de Oliveira, na Introdução desse livro, faz reverberar. Abrindo a primeira parte (Das invenções à indeterminação), com o texto Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento, sob a inspiração de Rancière, Habermas e teorias da física, o autor analisa e reflete sobre o processo de uma sociedade que emerge de um período longo de ditadura e ingressa na viragem do século sob imprescindíveis desafios e aprendizagens. Traça o panorama da *invenção política no Brasil* (do período de 1964 e 1990). Dos sucessivos governos às matrizes teóricas que fundamentaram as práticas políticas, chega-se ao que nomina *era de indeterminação*, com o foco nas economias líderes do desenvolvimento capitalista, como deflagradora de um forte impacto sobre a *pe-*

riferia latino-americana. Versa sobre as bases em que construímos, portanto, a democracia. Seguindo o seu roteiro político, o leitor chega a Collor, como o marco ou o início da era da indeterminação (marcada pela “financeirização” do capitalismo, explosão da dívida externa e perda da centralidade do trabalho, autonomização do mercado, “o mercado para além de si”).

Na segunda parte (Trabalho e sindicalismo na era da indeterminação), Roberto Vêras de Oliveira, no texto O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: O que se pode esperar?, analisa as novas situações que se colocaram no cenário do sindicalismo brasileiro – algumas vindo a efetivar-se, sobretudo, com a eleição de Luís Ignácio Lula da Silva para a Presidência da República –, exigindo ajustes dos discursos e práticas. Nesse texto temos ingredientes para uma reconstituição dos pilares fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a ressignificação das noções de “direitos”, “cidadania” e “democracia” para o debate públi-

co. Trata da dinâmica interna e externa destes “novos sujeitos políticos” e do “projeto de democracia participativa”, chegando aos dias do governo Lula diante dos *impasses e promessas de um projeto de governo* que se testa e é testado.

No âmbito das “células” econômica e política, Leonardo Mello e Silva, no texto Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe: apontamentos em torno de uma pesquisa, reflete sobre o impacto dos “novos sistemas de manufatura”, que, segundo o autor, vão causar um “deslocamento entre formação dos salários e identificação da subordinação”. Um dos pontos centrais de sua análise é a inversão, portanto, da forma de controle direto e autoritário, imposto pelo capital sobre o trabalho, passando o trabalhador a ser o seu próprio controlador. O autor nos confronta com uma versão mais “sofisticada” do como tornar-se “capataz” de si mesmo e do outro, analisando alguns dispositivos de poder que são exercidos no âmbito das “células de produção” (*teamwork*) através de dois aspectos, a qua-

lificação e o prêmio. O autor analisa os aproveitamentos de dois modelos de produção, o taylorismo e o fordismo, em espaço fabril, sobre os corpos de sujeitos (operários, operárias) livres.

Na terceira parte (Gestão, participação e violência: cenas e postos de observação), Carlos Alberto Bello, no texto *Orçamento Participativo em São Paulo: uma invenção de limitado alcance*. Sob luzes do estado geral da política no Brasil, o autor apropria-se de conceitos que são suficientemente sustentados por Francisco de Oliveira, ao mesmo tempo em que está em diálogo com Cibele Rizek, que, por outro ângulo, também analisa o OP. Na análise de Bello, o enfoque sobre o OP é socioeconômico (nos aspectos redistributivo e do gasto público) e sociopolítico (pensando na participação popular no poder municipal), uma vez que contrasta a gestão Marta Suplicy, a partir do orçamento de 2002, com outra experiência de Porto Alegre. Num encontro complementar analítico, Cibele Saliba Rizek, no texto *São Paulo: orçamento*

e participação, faz uma abordagem sobre o OP, tal como em suas palavras, para “questionar e problematizar a idéia de que os dispositivos de participação política são necessariamente expedientes que constituem esferas públicas de interlocução e ação e confrontam possibilidades de democratização, de publicização da cidade” (RIZEK, 2007, p. 130). Sua análise nasce de uma pesquisa etnográfica com delegados e conselheiros do OP, membros da equipe que coordena e assessores da Câmara Municipal de São Paulo. Coloca em relevo a dimensão do vínculo entre cidade e política, bem como sublinha e reflete sobre a experiência do OP no cenário brasileiro.

Outra versão da palavra “gestão” é descrita e refletida por Ana Amélia da Silva, quando nos remete a acontecimentos envolvendo distintos sujeitos, trabalhadores rurais sem terra, jornalistas, juízes, advogados, ativistas, através de seu texto intitulado *Teatro da exceção* (figurações). Neste, somos levados a conhecer os eventos ocorridos na cidade de Curitiba, que têm os dias 1º e 2 de

maio de 2001 como marcos de uma programação contra a violação dos direitos humanos no estado do Paraná. Do “agenciamento de imagens” à criação de “estética do medo”, Ana Amélia vai evocando profundas raízes históricas marcadas por fatos de violência, repressão e violação dos direitos humanos. Personagens principais de sua narrativa, os sem-terra, militantes do MST, são vítimas centrais das práticas que podem ser traduzidas como um aparato de guerra ou guerrilha, através do Estado da segurança pública (civil e militar) do Paraná, bem como de milícias privadas (jagunços e pistoleiros) em atenção do latifúndio. Com uma abordagem etnográfica sobre o Tribunal Internacional do Paraná, analisa diferentes discursos, depoimentos e imagens suscitadas e deixa aberturas para novas investigações, como “as determinações dos movimentos dos atores” (gestados no interior do campo de luta). O texto sugere, ainda, do meu ponto de vista, reflexões sobre as representações de autoridade entre os distintos atores e espaços e

domínios (público, privado, estatal).

Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa) é o trabalho de Vera da Silva Telles. Entre espaços e artefatos, vai analisando os modos de circulação da riqueza, as mutações do trabalho, a revolução tecnológica e os serviços de ponta, os grandes equipamentos de consumo e os circuitos ampliados do mercado. Transeunte pela cidade de São Paulo, durante mais de cinco anos, a autora procura reconstituir o que chama de planos de “gravitação da experiência social e urbana”, trazendo a economia informal como um dos eixos articuladores de sua análise. Nessa trama da “cidade global” e dos “pobres” e “excluídos”, observa que o debate em torno do “informal”, “formal”, “legal” e do “ilegal” se constitui em tensão diante da densidade teórica de outro importante debate sobre o “Brasil legal” e o “Brasil real”. Daí resultam as zonas de “sombras” da vida social. A idéia de “exceção permanente” é um conceito que Vera da Silva em-

prega para embasar boa parte de sua reflexão analítica sobre a implosão da política.

Maria Célia Paoli abre a quarta e última parte do livro (Política, indeterminação e exceção) com o texto O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. Articula sua análise entre os temas cidade e política. Inicia seu pensamento demonstrando como os mecanismos que criam as “populações supérfluas” atuam na cidade. Observa como a palavra “política” e o seu sentido estão estigmatizados, especialmente porque a autora nos remete ao plano das *experiências* dos atores sociais, as experiências populares de ação organizada, em contraste com as práticas da sociedade civil. Maria Célia toca numa questão que pode ser fecunda às análises dos comportamentos e escolhas dos atores sociais, qual seja, a representação e o significado de *experiência* correlata à *autoridade*, entendida enquanto palavra, relato. Isso para dizer que, apropriando-se da maneira de falar sobre o que quer que seja, a tradução das práticas da sociedade civil é feita numa

linguagem para se “ensinar cidadania”, e perversamente esta é inibidora à criação de novas experiências de expressão e reivindicação espontânea; sendo assim, o que se tem é uma cidadania emergencial em oposição à política. Com ênfase, a autora aborda sobre a tensão entre técnica, violência e política enredando esferas do público e do privado, do coletivo e do individual.

“O Momento Lenin, escrito por Francisco de Oliveira faz um vôo retrospectivo através da história do processo de instauração do capitalismo na Rússia, para e a partir de, retomar alguns aspectos sobre as condições daqueles que fizeram a história da Revolução Russa, posto que para ele esta é emblemática para a reflexão sobre uma difícil implantação de uma economia capitalista sob domínios absolutista. Do ponto de vista de Chico, isto foi esquecido por aqueles que marcharam pregando transformações na sociedade. Neste texto, portanto, recorre à comparação entre a conduta de Lenin – reportando-se aos meses que inauguram fases da Revolução

Russa de 1917 (Fevereiro, Abril e Outubro) –, e Lula, pois, estes dois líderes que pregaram tal mudança da sociedade, se viram em situação e tempo de indeterminação”.

O texto de Laymert Garcia dos Santos é intitulado Brasil contemporâneo: estado de exceção?. A interrogação sinaliza para a retomada de três textos-chave de Francisco de Oliveira, dois destes presentes nessa obra – Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento; O momento Lenin e O ornitorrinco (este é referendado em vários momentos) –, que discutem, segundo Laymert, de modo mais contundente o conceito de estado de exceção. Pormenorizando os caminhos teóricos das abordagens de Chico de Oliveira, Laymert vai-nos levando a desvendar o essencial da formulação do estado de exceção, assim como do processo de *desmanche* (expressão de Roberto Schwartz, na sua reflexão a respeito das consequências para o Brasil sob impactos do *Colapso da modernização*, de Robert Kurz) na sociedade brasileira. Avança revisitando

autores fundantes do conceito “estado de exceção” (Benjamin e Schmitt) e vai elencando outros contemporâneos da filosofia política, dentre eles, Toni Negri e Michel Hardt, Jean-Claude Paye, Giorgio Agamben e outros, complexificando, assim, sua abordagem em torno das noções de soberania e de exceção.

Luiz Roncari fecha a obra com O terror na poesia de Drummond. Com uma bela epígrafe do poeta (Confissões de Minas), chama-nos ao plano do poético e crítico, talvez para nos questionarmos sobre a nossa capacidade de voltarmos a ser “homem”, “mulher”. A tragédia de 11 de setembro de 2001, que traz “as torres fálicas” (usando a expressão de Roncari acerca das torres do World Trade Center) como a representação simbólica do capital que pulsa por Wall Street, o poder viril (dominação e força), são ao mesmo tempo a expressão da prosperidade e o poder da globalização. Nessa alusão confronta as ações e o pensamento do Ocidente próspero e do Oriente, pois, enquanto um procura o causador do “mal”, o

outro entende ser aquele a fonte dos seus males. Revisita poetas como Sousândrade (finais do século XIX), Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade (inícios do século XX).

Confrontar-nos com a historicidade (ou a transitoriedade) do tempo presente, dos fatos que são criações humanas, a nossa perda de controle e a impotência diante de nossos feitos, e irmos além. Talvez seja essa a mensagem do texto de Roncari, através da poética de Drummond. A leitura desse livro é mesmo a demonstração de pesquisadores que estão buscando analisar ou mapear esta “nova (des)ordem” das coisas administradas ou das populações e instituições “administráveis”. Por fim, não consegui deixar de ouvir (ao longe) o entoar do trecho da canção de Cazuza que diz: “Ideologia, eu quero uma prá viver!”.

VANDA APARECIDA SILVA - Doutora em Ciências Sociais pelo PPGCS – IFCH – Unicamp. Pós-doutoranda no Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa, Portugal. Pesquisadora do Ceres.